

Aula 12

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

07 de Agosto de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Lei 13869_2019 - Abuso de Autoridade	3
2) Questões Estratégicas - Abuso de Autoridade - FCC	12
3) Questões Estratégicas - Abuso de Autoridade - FGV	28
4) Aposta Estratégica - Lei 13869_2019 - Abuso de Autoridade	38
5) Lista de Questões Estratégicas - Abuso de Autoridade - FCC	39
6) Lista de Questões Estratégicas - Abuso de Autoridade - FGV	48
7) Referências Bibliográficas	53



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

A Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, revogou a antiga Lei n. 4.898/1965, que tratava do assunto. O estudo daquele dispositivo legal não é difícil e há grandes chances de ser cobrada na sua prova.

Então, muita atenção e vamos iniciar!

Lei n. 13.869/2019 - Abuso de Autoridade

Dolo específico – Art. 1º, §1º

A **Lei de Abuso de Autoridade** exige que as condutas típicas nela descritas sejam praticadas com **dolo específico**, ou seja, com a **finalidade específica** de:

- Prejudicar outrem;
- Beneficiar a si mesmo ou a terceiro;
- Satisfação pessoal ou por mero capricho.

*Art. 1º Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por **agente público, servidor ou não**, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.*

*§ 1º As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a **finalidade específica** de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.*

*§ 2º A **divergência na interpretação** de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.*

Inexistência de crime de hermenêutica – Art. 1º, §2º

O §2º do art. 1º estabelece que a **divergência na interpretação da lei ou na avaliação dos fatos e provas não configura abuso de autoridade**, desde que feita de forma fundamentada e de boa-fé. Esse dispositivo reforça a **garantia da independência funcional dos agentes públicos**, sobretudo os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, assegurada pela **Constituição Federal** (art. 127, §1º e art. 95, I).



Crimes próprios – Art. 2º

*Art. 2º É **sujeito ativo** do crime de abuso de autoridade qualquer **agente público, servidor ou não**, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:*

I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II - membros do Poder Legislativo;

III - membros do Poder Executivo;

IV - membros do Poder Judiciário;

V - membros do Ministério Público;

VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

*Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, **ainda que transitoriamente ou sem remuneração**, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo **caput** deste artigo.*

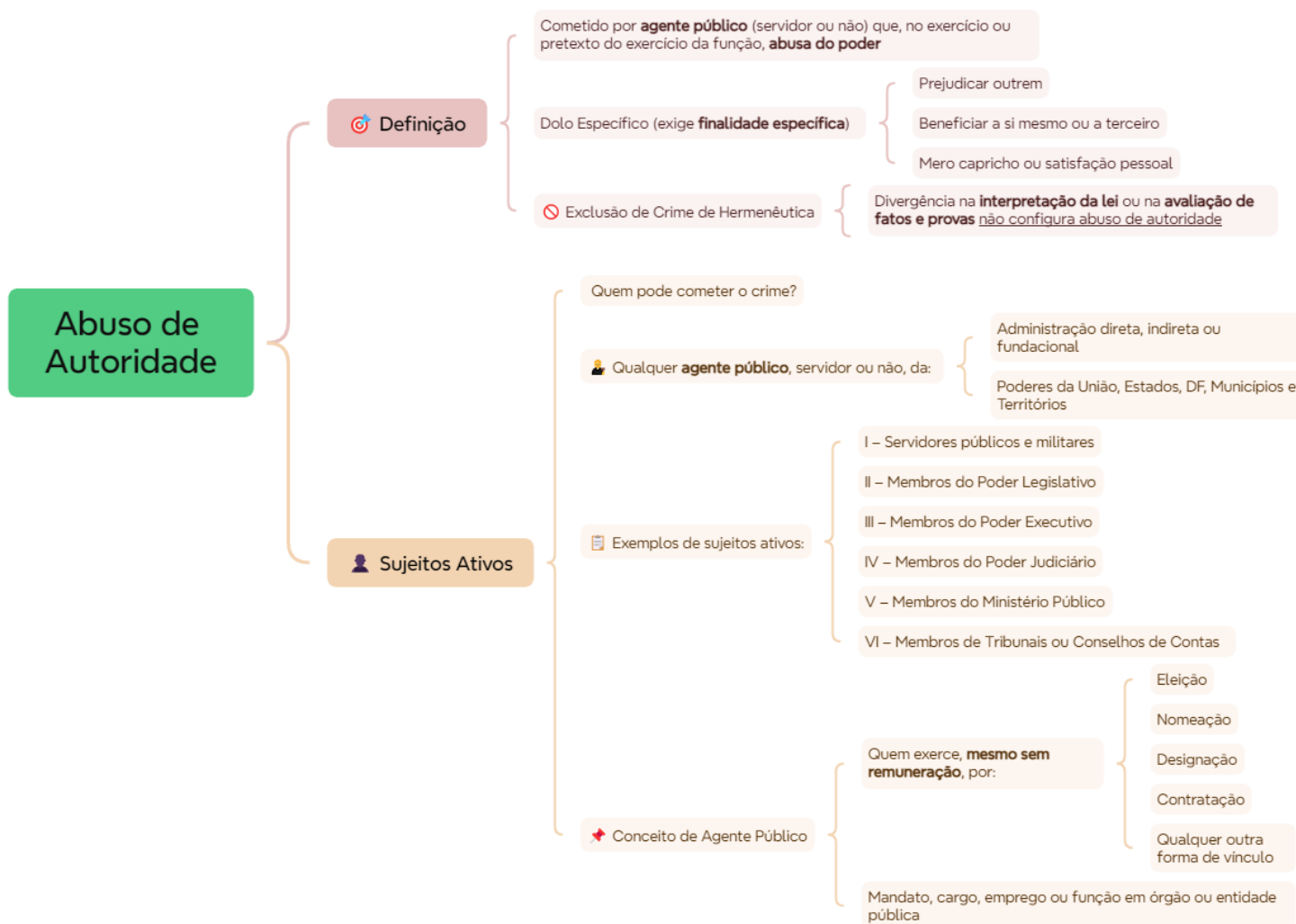
Os delitos descritos na lei são **crimes próprios**, pois somente podem ser praticados por **agente público**, seja **servidor ou não**, da **administração direta, indireta ou fundacional** de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.

Agente público – Parágrafo único do art. 2º

Considera-se **agente público** qualquer pessoa que exerça, **ainda que transitoriamente ou sem remuneração**, por **eleição, nomeação, designação, contratação** ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública.

Essa definição amplia a responsabilização, alcançando inclusive **terceirizados e colaboradores temporários**.





Ação penal pública incondicionada – Art. 3º

A persecução penal dos crimes de abuso de autoridade ocorre por meio de **ação penal pública incondicionada**, ou seja, **independe de representação da vítima**.

Contudo, o §1º prevê que será admitida **ação penal privada subsidiária da pública** caso o Ministério Público **não ofereça denúncia no prazo legal**, conforme previsto no **art. 29 do Código de Processo Penal (CPP)**. Essa ação deve ser proposta **no prazo de 6 meses** a contar do esgotamento do prazo para a atuação do MP (§2º).

*Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de **ação penal pública incondicionada**.*

*§ 1º Será admitida **ação privada** se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.*



§ 2º A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

Efeitos da condenação – Art. 4º

A Lei de Abuso de Autoridade, no seu art. 4º, dispõe sobre os **efeitos da condenação** pelos crimes previstos neste dispositivo. São eles:

- Obrigação de indenizar o dano (inciso I);
- Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública por 1 a 5 anos (inciso II);
- Perda do cargo, mandato ou função pública (inciso III).

O juiz deve fundamentar expressamente a aplicação desses efeitos, conforme o **parágrafo único do art. 4º**, e, no caso dos incisos II e III, é necessário que o agente já tenha sido condenado por crime de abuso de autoridade anteriormente, isto é, que seja reincidente.

Art. 4º São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;

II - a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

III - a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

*Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de **reincidência** em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.*

Penas restritivas de direitos – Art. 5º

O art. 5º estabelece que os crimes previstos na lei podem ter como substitutivo da pena privativa de liberdade **penas restritivas de direitos**, de aplicação **autônoma ou cumulativa**:

- Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (inciso I);
- Suspensão do exercício do cargo, função ou mandato de 1 a 6 meses, com perda de vencimentos e vantagens (inciso II).

Art. 5º As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nesta Lei são:

I - prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;



II - suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens;

*Parágrafo único. As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas **autônoma** ou **cumulativamente**.*

Responsabilidade e sanções independentes – Arts. 6º a 8º

A Lei de Abuso de Autoridade prevê **sanções penais, civis e administrativas independentes** entre si, conforme os **arts. 6º a 8º**:

- A **pena criminal** será aplicada **independentemente** das **sanções civis ou administrativas cabíveis** (art. 6º).
- As **responsabilidades civil, penal e administrativa** são **autônomas**, mas, uma vez reconhecida a **inexistência do fato ou sua autoria** no juízo criminal, não se poderá rediscutir o caso nas **esferas cível ou administrativa** (art. 7º).
- A sentença penal **faz coisa julgada nas esferas cível e administrativa**, se reconhecer que o agente agiu em **estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito** (art. 8º), conforme o previsto também no **art. 386, VI, do CPP**.

*Art. 6º As penas previstas nesta Lei serão aplicadas **independentemente** das sanções de natureza **civil** ou **administrativa** cabíveis.*

Parágrafo único. As notícias de crimes previstos nesta Lei que descreverem falta funcional serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.

*Art. 7º As **responsabilidades civil e administrativa** são **independentes da criminal**, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.*

Art. 8º Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Crimes – Arts. 9º a 38º

A Lei de Abuso de Autoridade traz diversas condutas enquadradas como **crime**. Apesar de não ser o foco das questões de prova, é interessante estar preparado. Assim, recomendo uma leitura atenta de todos os crimes, mas não é necessário memorizar as penas.

Dito isso, veja a tabela abaixo que traz um **resumo** das principais informações sobre todos os **crimes** previstos na lei:



Artigo	Crime	Observações
Art. 9º	Decretar prisão em desconformidade com as hipóteses legais	Parágrafo único: I - relaxar prisão ilegal; II - substituir prisão preventiva; III - deferir habeas corpus.
Art. 10	Condução coercitiva sem prévia intimação	
Art. 12	Não comunicar prisão em flagrante	Parágrafo único: I - não comunicar execução; II - não avisar família; III - não entregar nota de culpa; IV - não promover soltura.
Art. 13	Constranger preso a situações vexatórias ou prova contra si	I - exibição pública; II - vexame; III - prova contra si ou terceiros.
Art. 15	Constranger a depor quem tem dever de sigilo	Parágrafo único: Interrogatório indevido de quem opta por silêncio ou exige advogado.
Art. 15-A	Revitimização por atos repetitivos ou invasivos	§1º: Terceiro intimida vítima - pena aumentada; §2º: Agente intimida - pena dobrada.
Art. 16	Falsa identificação ao preso	Parágrafo único: também no interrogatório ou atribuição de identidade falsa.
Art. 18	Interrogar durante repouso noturno	Salvo flagrante ou com consentimento do preso.
Art. 19	Impedir envio de pleito do preso ao Judiciário	Parágrafo único: Também se aplica ao juiz que omite providência ou não remete pedido.
Art. 20	Impedir entrevista reservada com advogado	Parágrafo único: inclui antes de audiência ou comunicação com defensor.
Art. 21	Presos de sexos diferentes na mesma cela	Parágrafo único: inclui criança/adolescente com adulto ou em local inadequado.



Artigo	Crime	Observações
Art. 22	Ingresso ilegal em domicílio	§1º: inclui coação ou cumprimento fora do horário legal. §2º: Não há crime em flagrante, desastre ou socorro.
Art. 23	Inovar estado de coisas em investigação	Parágrafo único: I - eximir-se de responsabilidade; II - omitir ou manipular dados.
Art. 24	Coagir hospital a admitir pessoa morta	
Art. 25	Obter ou usar prova ilícita	Parágrafo único: usar prova com conhecimento de sua ilicitude.
Art. 27	Instaurar investigação sem indício mínimo	Parágrafo único: Não é crime em sindicância justificada.
Art. 28	Divulgar gravação sem relação com a prova	
Art. 29	Prestar informação falsa sobre processo	
Art. 30	Iniciar persecução sem justa causa ou contra inocente	
Art. 31	Prolongar investigação de forma injustificada	Parágrafo único: também se aplica sem prazo legal se prejudica investigado.
Art. 32	Negar acesso a autos de investigação	
Art. 33	Exigir obrigação sem respaldo legal	Parágrafo único: usar cargo para se eximir ou obter vantagem indevida.
Art. 36	Indisponibilidade de ativos em valor excessivo	



Artigo	Crime	Observações
Art. 37	Procrastinar processo em órgão colegiado	
Art. 38	Atribuir culpa antes da acusação	





QUESTÕES COMENTADAS - FCC

1. FCC - 2024 - TRT - 11ª Região (AM e RR). Pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

À Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) prevê expressamente um rol não taxativo de sujeitos ativos que são compreendidos nessa definição, podendo-se destacar

- A) a diretoria de agência reguladora federal.
- B) os membros da Defensoria Pública da União e dos Estados.
- C) os membros dos tribunais ou conselhos de contas.
- D) os dirigentes de autarquias profissionais.
- E) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Comentários:

O art. 2º da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) estabelece que pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, abrangendo integrantes da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer um dos Poderes, em todas as esferas (União, Estados, Distrito Federal, Municípios). Em seu rol não taxativo, o inciso VI do art. 2º cita expressamente “membros dos tribunais ou conselhos de contas” como exemplo de possíveis sujeitos ativos, o que corresponde à alternativa (C).

Gabarito: C

2. FCC - 2024 - MPE-AM. Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) são, em regra, de ação penal pública incondicionada. Caso o Ministério Público não a ajuíze no prazo legal, segundo expressa previsão da Lei, poderá ser intentada

- A) ação privada subsidiária da pública.
- B) reclamação judicial.
- C) ação popular.
- D) ação coletiva.
- E) notificação ao Ministério Público.

Comentários:

Conforme o art. 3º, §§1º e 2º, da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), apesar de os crimes nela previstos serem de ação penal pública incondicionada, admite-se a ação privada subsidiária da pública caso o Ministério Público deixe de oferecer a denúncia no prazo legal.



Gabarito: A

3. FCC - 2023 - TRT - 21ª Região (RN). De acordo com a Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade) considere:

I. tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos.

II. a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos.

III. a perda do cargo, do mandato e da função pública.

São efeitos da condenação o que consta em

A) II, apenas.

B) I e III, apenas.

C) I, II, apenas.

D) I, II e III.

E) I, apenas.

Comentários:

Nos termos do art. 4º da Lei nº 13.869/2019, são efeitos da condenação por crime de abuso de autoridade:

1. Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, com a fixação de valor mínimo para reparação (inciso I);
2. Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos (inciso II);
3. Perda do cargo, do mandato ou da função pública (inciso III).

Dessa forma, todos os itens (I, II e III) elencados na questão correspondem aos efeitos da condenação previstos na Lei de Abuso de Autoridade.

Gabarito: D

4. FCC - 2023 - TRT - 12ª Região (SC). De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que versa sobre o abuso de autoridade, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito, em âmbito cível assim como no administrativo-disciplinar,

A) não faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar, mas faz coisa Julgada no âmbito cível; assim, deve-se prosseguir com a instrução do processo administrativo-disciplinar.

B) faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar, a sentença que reconhecer ter sido o ato



praticado em legítima defesa, mas não em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito, mas não faz coisa julgada no âmbito cível.

C) faz coisa julgada.

D) não faz coisa julgada no âmbito cível e administrativo-disciplinar, pois são independentes; assim, deve-se prosseguir com a instrução de ambos os processos.

E) não faz coisa julgada no âmbito cível, mas faz coisa Julgada no âmbito administrativo-disciplinar; assim, deve-se prosseguir com a instrução do processo cível.

Comentários:

O art. 8º da Lei nº 13.869/2019 dispõe expressamente que “faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”. Portanto, a sentença penal com essa conclusão impede nova discussão sobre a existência ou a autoria do fato no âmbito cível e administrativo-disciplinar.

Gabarito: C

5. FCC - 2023 - TRT - 12ª Região (SC). Sobre a Lei nº 13.8689/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

A) a divergência na Interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas poderá configurar abuso de autoridade se a conduta do agente se amoldar a um dos tipos penais.

B) perda do cargo, do mandato ou da função pública são efeitos automáticos da condenação por crime de abuso de autoridade, sendo desnecessária declarar motivadamente na sentença, não pressupondo reincidência específica do agente.

C) a sentença penal que reconheceu ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo disciplinar.

D) não poderá ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade o agente público que não seja servidor público, ainda que integre os quadros da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

E) as responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, e poderá ser questionada a existência do fato ou a autoria mesmo quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

Comentários:

A alternativa A está Incorreta. O art. 1º, §2º, da Lei nº 13.869/2019 é expresso ao afirmar que “a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade”. Logo, não é possível responsabilizar criminalmente por mero desacordo interpretativo.

A alternativa B está incorreta. Pelo art. 4º, parágrafo único, da Lei de Abuso de Autoridade, a perda do cargo e a inabilitação não são automáticas e dependem de reincidência em crime de abuso de autoridade, além de terem de ser expressamente declaradas de forma motivada na sentença.



A alternativa C está Correta. Conforme o art. 8º da Lei nº 13.869/2019, faz coisa julgada em âmbito cível e administrativo-disciplinar a sentença penal que reconheça ter sido o ato praticado em estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.

A alternativa D está Incorreta. O art. 2º da lei deixa claro que qualquer agente público, servidor ou não, pode ser sujeito ativo, desde que aja no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

A alternativa E está incorreta. O art. 7º prevê que “as responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.” Portanto, não é possível rediscutir a existência do fato ou a autoria após decisão definitiva na esfera penal.

Gabarito: C

6. FCC - 2023 - TRT - 12ª Região (SC). No que concerne aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), além da prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, outra pena restritiva de direitos substitutiva das privativas de liberdade prevista no referido Diploma Legal é a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de

A) 1 a 6 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que poderá ser aplicada autônoma ou cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

B) 6 meses a 1 ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que poderá ser aplicada autônoma ou cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

C) 1 a 6 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que não poderá ser aplicada cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

D) 6 meses a 1 ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que não poderá ser aplicada cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

E) 6 meses a 1ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que deverá ser aplicada de forma cumulativa à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

Comentários:

O art. 5º da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) prevê como penas restritivas de direitos:

I – prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;

II – suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens;

O parágrafo único do mesmo artigo dispõe que as penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente, o que confirma o enunciado da alternativa correta (A).

Gabarito: A

7. FCC - 2023 - DPE-ES. Configura crime de abuso de autoridade:



- A) constranger o preso, ainda que sem violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a submeter-se a situação vexatória.
- B) deixar de entregar ao preso, em prazo razoável, a nota de culpa, assinada pela autoridade competente.
- C) impedir o preso de sentar-se ao lado de seu defensor e com ele comunicar-se no curso do seu interrogatório.
- D) impedir, por qualquer motivo, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.
- E) manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.

Comentários:

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 13 da Lei nº 13.869/2019, para configurar crime de abuso de autoridade com base nesse dispositivo, é necessário que o constrangimento do preso ou detento seja praticado “mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência”. A alternativa A fala em “ainda que sem violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência”, o que não corresponde ao tipo penal. Assim, não há crime de abuso de autoridade se não houver nenhum desses elementos qualificadores.

A alternativa B está incorreta. O art. 12, parágrafo único, III, da Lei de Abuso de Autoridade prevê a entrega da nota de culpa em até 24 horas, e não “em prazo razoável”. Portanto, o texto da alternativa não coincide com a exigência legal de 24 horas.

A alternativa C está incorreta. O art. 20, parágrafo único, da Lei nº 13.869/2019 contempla a possibilidade de o preso, o réu solto ou o investigado sentar-se ao lado de seu advogado ou defensor durante a audiência, salvo no curso do interrogatório. Ou seja, a lei admite restrição durante o interrogatório, não configurando crime nessa hipótese específica.

A alternativa D está incorreta. Para ser crime, o art. 20 da mesma lei exige que seja “sem justa causa” o impedimento de a pessoa privada de liberdade conversar pessoal e reservadamente com o advogado; a alternativa não faz essa ressalva e generaliza “por qualquer motivo”, o que não corresponde ao dispositivo legal.

A alternativa E está correta. O art. 21 da Lei de Abuso de Autoridade tipifica como crime manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento, com pena de detenção de um a quatro anos e multa, correspondendo exatamente ao que está descrito na alternativa.

Gabarito: E

8. FCC - 2023 - TRT - 12ª Região (SC). Nos termos da Lei nº 13.869/2019 {Lei de Abuso de Autoridade}, considere:

- I. A Lei de Abuso de Autoridade define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.
- II. As notícias de crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade que descreverem falta funcional prescindem de remessa a autoridade competente para eventual apuração, sob pena de bis in idem.



III. Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade são de ação penal pública incondicionada. No entanto, admite-se ação penal privada subsidiária se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, devendo ser exercida no prazo de 6 meses, contado da data em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) I.
- E) II.

Comentários:

O item I está correto. O art. 1º da Lei nº 13.869/2019 define, de fato, que se consideram crimes de abuso de autoridade as condutas praticadas por agente público, servidor ou não, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, que abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

O item II está incorreto. O art. 6º, parágrafo único, da Lei de Abuso de Autoridade determina que as notícias de crimes previstos na Lei que também descrevam falta funcional devem ser informadas à autoridade competente para apuração. Portanto, **não se trata de prescindir** (dispensar) essa comunicação, nem de configurar bis in idem.

Por fim, o item III está correto. Pelo art. 3º, caput, os crimes previstos são de ação penal pública incondicionada. No entanto, se o Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal, admite-se ação privada subsidiária (art. 3º, §§1º e 2º), que deve ser exercida no prazo de 6 meses a contar do término do prazo para oferecimento da denúncia.

Gabarito: C

9. FCC - 2023 - TJ-BA. Um agente público que tenha sido condenado por conduta configurada como abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019, ficará

- A) inelegível, pelo dobro do prazo correspondente à pena fixada em condenação transitada em julgado, se prazo maior não estiver previsto na legislação própria.
- B) obrigado a participar de programa de reciclagem ou capacitação, adicionalmente ao pagamento de multa, não se sujeitando a pena restritiva de liberdade.
- C) automaticamente inabilitado para o exercício de função pública pelo prazo de 10 anos, admitida a reabilitação, mediante procedimento administrativo, após 5 anos.
- D) obrigado a reparar os danos causados pelo crime, em valores a serem liquidados em ação própria, vedado o estabelecimento de montante mínimo na sentença penal.
- E) sujeito à perda do cargo, na hipótese de ser reincidente em crime de abuso de autoridade e desde que tal efeito seja atribuído de forma motivada na sentença condenatória.



Comentários:

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) não prevê inelegibilidade nem estabelece qualquer prazo específico para isso. A inelegibilidade poderia decorrer de outras leis (como a LC nº 64/1990), mas não há dispositivo na Lei de Abuso de Autoridade que determine o dobro do prazo de pena.

A alternativa B está incorreta. A lei prevê tanto penas privativas de liberdade (detenção) quanto penas restritivas de direitos, mas não há menção a obrigatoriedade de “participar de programa de reciclagem ou capacitação” tampouco exclusão de pena privativa de liberdade. A lei, sim, contempla a pena de prestação de serviços à comunidade e outras restritivas (art. 5º).

A alternativa C também está incorreta. A perda do cargo (ou a inabilitação para exercício de função pública) não é “automática” nem está fixada em 10 anos. Nos termos do art. 4º, II e III, esses efeitos devem ser motivados na sentença, condicionados à reincidência no crime de abuso de autoridade e com prazos de 1 a 5 anos.

A alternativa D está igualmente incorreta. O art. 4º, I, da Lei nº 13.869/2019 determina que o juiz, a requerimento do ofendido, fixe na sentença o valor mínimo para reparação dos danos. Portanto, é perfeitamente possível estabelecer um montante na própria sentença penal, não sendo vedado.

Por fim, a alternativa E é a única correta. De acordo com o art. 4º, parágrafo único, da Lei de Abuso de Autoridade, a perda do cargo e a inabilitação para exercício de função pública só podem ser declaradas quando houver reincidência específica em crime de abuso de autoridade e mediante decisão motivada na sentença. Portanto, a perda do cargo **não ocorre de forma automática**, nem em qualquer hipótese; é preciso reincidência e declaração motivada do juiz.

Gabarito: E

10. FCC - 2023 - DPE-SP. O crime de abuso de autoridade

A) é praticado pelo agente que impede, sem justa causa, réu solto de entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu(sua) defensor(a) público(a), por prazo razoável, antes de audiência judicial.

B) se configura quando o agente constrange alguém com emprego de grave ameaça, causando-lhe sofrimento mental, com o fim de obter confissão.

C) possui um regime próprio de execução da pena, com prisão especial, lapso temporal de progressão de regime de um sexto e vedação de exame criminológico.

D) é crime próprio, cujo sujeito ativo é agente público com atuação em condutas repressivas estatais, excluído(a) o(a) defensor(a) público(a) em razão do princípio da legalidade.

E) constitui uma espécie de criminalização que excepciona a seletividade do sistema penal e atinge concretamente os mais altos escalões de poder entre os agentes públicos de repressão.

Comentários:

A Alternativa A está correta. Nos termos do art. 20, parágrafo único, da Lei nº 13.869/2019, é crime de abuso de autoridade impedir, sem justa causa, que o preso, o réu solto ou o investigado se entreviste pessoal e reservadamente com seu defensor, por prazo razoável, antes de audiência judicial, bem como



de sentar-se ao lado deste e com ele se comunicar durante a audiência (salvo no curso do interrogatório ou em videoconferência).

A Alternativa B está incorreta. Causar sofrimento mental ou físico para a obtenção de confissão, sob grave ameaça, enquadra-se como hipótese de tortura (Lei nº 9.455/1997), e não como crime de abuso de autoridade previsto na Lei nº 13.869/2019.

A Alternativa C está incorreta. A Lei nº 13.869/2019 não institui regime próprio de execução da pena, não prevê prisão especial, lapso temporal diverso para progressão ou a vedação de exame criminológico.

A Alternativa D está incorreta. O crime de abuso de autoridade pode ser praticado por qualquer agente público, servidor ou não, no exercício das funções ou a pretexto de exercê-las. O art. 2º da referida lei inclui expressamente também membros da Defensoria Pública.

E a Alternativa E também está incorreta. A Lei de Abuso de Autoridade não se configura como exceção à seletividade do sistema penal apenas para agentes de repressão, mas sim a qualquer agente público, inclusive altos escalões, que exceda os limites de suas atribuições, independentemente do nível hierárquico.

Gabarito: A

11. FCC - 2023 - TRT - 18ª Região (GO). Nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), a sentença penal faz coisa julgada em âmbito cível e no âmbito administrativo disciplinar, se reconhecer ter sido o ato praticado em:

I. estado de necessidade.

II. legítima defesa.

III. estrito cumprimento de dever legal.

IV. exercício regular de direito.

Está correto o que se afirma em

A) II e III, apenas.

B) I, II, III e IV.

C) I e II, apenas.

D) I e IV, apenas.

E) III e IV, apenas.

Comentários:

A alternativa A está incorreta. O art. 8º da Lei nº 13.869/2019 abrange as hipóteses de estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito, e não apenas legítima defesa e estrito cumprimento de dever legal.



A alternativa B está correta. De acordo com o art. 8º, a sentença penal que reconheça ter sido o ato praticado em estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito faz coisa julgada em âmbito cível e administrativo-disciplinar.

A alternativa C está incorreta. Embora estado de necessidade (I) e legítima defesa (II) sejam contemplados, também são hipóteses legais o estrito cumprimento de dever legal (III) e o exercício regular de direito (IV).

A alternativa D está incorreta. O estado de necessidade (I) e o exercício regular de direito (IV) estão previstos, mas o dispositivo também abrange a legítima defesa (II) e o estrito cumprimento de dever legal (III).

A alternativa E está incorreta. Estrito cumprimento de dever legal (III) e exercício regular de direito (IV) fazem coisa julgada, mas as hipóteses de estado de necessidade (I) e legítima defesa (II) também estão incluídas no art. 8º.

Gabarito: B

12. FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC). José, servidor público federal, foi processado por crime de abuso de autoridade. Ao final do processo, foi proferida sentença absolutória reconhecendo que José agiu no estrito cumprimento de seu dever legal. Referida sentença transitou em julgado, tornando-se definitiva. Nos termos da Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019), a sentença penal proferida

A) não faz coisa julgada em nenhuma outra esfera jurídica, pois, conforme disposição legal expressa, apenas a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em legítima defesa faz coisa julgada em outras esferas.

B) faz coisa julgada apenas no âmbito cível, não repercutindo no âmbito administrativo-disciplinar.

C) faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar.

D) faz coisa julgada apenas no âmbito administrativo-disciplinar, não repercutindo, no entanto, na esfera cível.

E) não faz coisa julgada em nenhuma outra esfera jurídica, pois, conforme disposição legal expressa, apenas a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estado de necessidade ou em legítima defesa faz coisa julgada em outras esferas.

Comentários:

A alternativa A está incorreta. O art. 8º da Lei nº 13.869/2019 não limita a coisa julgada apenas à hipótese de legítima defesa; também se aplica ao estrito cumprimento de dever legal, dentre outras situações.

A alternativa B está incorreta. A lei estabelece que faz coisa julgada em âmbito cível e administrativo-disciplinar, não apenas na esfera cível.

A alternativa C está correta. O art. 8º prevê que a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito faz coisa julgada em âmbito cível e administrativo-disciplinar.



A alternativa D está incorreta. Não há restrição de coisa julgada apenas ao âmbito administrativo-disciplinar; a lei é expressa quanto à repercussão também no cível.

A alternativa E está incorreta. O dispositivo legal não se limita ao estado de necessidade ou à legítima defesa; inclui também o estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de direito.

Gabarito: C

13. FCC - 2022 - TRT - 17ª Região (ES). De acordo com o que estabelece a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

A) dentre as penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nessa lei está a proibição de exercer funções de natureza policial ou militar no Município em que tiver sido praticado o crime e naquele em que residir ou trabalhar a vítima, pelo prazo de 1 a 3 anos.

B) para os efeitos dessa lei, não são considerados servidores públicos os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, por estarem sujeitos a regramento jurídico próprio.

C) as condutas descritas nessa lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

D) não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

E) as responsabilidades civil e administrativa dependem da responsabilidade criminal; contudo, é possível o questionamento acerca da existência ou da autoria do fato, ainda que essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

Comentários:

A alternativa A está incorreta. As penas restritivas de direitos previstas na Lei nº 13.869/2019 (art. 5º) são prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, e suspensão do exercício do cargo ou do mandato pelo prazo de 1 a 6 meses, não havendo previsão de proibição de exercer funções de natureza policial ou militar por 1 a 3 anos.

A alternativa B está incorreta. O art. 2º, IV e V, da Lei nº 13.869/2019 inclui expressamente os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público como possíveis sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade.

A alternativa C está correta. O art. 1º, §1º, dispõe que as condutas descritas constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas com a finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar-se ou beneficiar terceiro, ou por mero capricho ou satisfação pessoal.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 8º da lei, faz coisa julgada em âmbito cível e administrativo-disciplinar a sentença penal que reconheça a prática do ato em estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 7º, as responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, mas, se houver decisão penal definitiva sobre a existência ou autoria do fato, não se pode mais questionar essas questões em outras esferas.



Gabarito: C

14. FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC). Maria é policial federal e foi condenada por crime de abuso de autoridade, pois deixou injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal. Nos termos da Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019), a perda do cargo público

A) constitui um dos efeitos da condenação, sendo sua incidência imediata e automática, isto é, independe de reincidência e de declaração expressa ou motivada na sentença.

B) constitui um dos efeitos da condenação, condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.

C) não constitui efeito da condenação por crime de abuso de autoridade.

D) constitui um dos efeitos da condenação, condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, não sendo necessário que seja declarada motivadamente na sentença.

E) constitui um dos efeitos da condenação, sendo sua incidência imediata, isto é, independe de reincidência, no entanto, necessita estar expressa e motivada na sentença.

Comentários:

A alternativa A está incorreta. A perda do cargo público não é automática; requer reincidência e declaração motivada.

A alternativa B está correta. O art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.869/2019 condiciona a perda do cargo à reincidência em crime de abuso de autoridade e à declaração motivada na sentença.

A alternativa C está incorreta. O art. 4º, III, menciona expressamente a perda do cargo como efeito da condenação, embora condicionada.

A alternativa D está incorreta. A lei exige que seja declarada motivadamente na sentença e que haja reincidência, não bastando só a reincidência.

A alternativa E está incorreta. A incidência não é imediata; depende de reincidência e de declaração fundamentada na sentença.

Gabarito: B

15. FCC - 2022 - TRT - 5ª Região (BA). As disposições introduzidas pela Lei nº 13.869, de 2019, relativas a sanções e penas pela prática de atos de abuso de autoridade

A) embora alcancem os membros de todos os Poderes, somente podem ensejar a perda de cargo ou função pública em relação a membros do Poder Executivo.

B) não alcançam membros do Poder Judiciário, em face das prerrogativas inerentes à função, incidindo tão somente sobre condutas de membros do Poder Executivo.

C) aplicam-se a membros do Poder Judiciário e do Poder Executivo, porém não alcançam os detentores de mandato eletivo do Poder Legislativo.



D) aplicam-se também a membros do Poder Judiciário, podendo inclusive ensejar, de forma não automática, no caso de reincidência, a perda do cargo.

E) aplicam-se apenas a agentes políticos, podendo ensejar perda do mandato ou função pública e restrição temporária dos direitos políticos.

Comentários:

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 13.869/2019 prevê que a perda do cargo ou função pública pode ocorrer em relação a qualquer agente público, de qualquer Poder, em caso de reincidência e mediante declaração motivada na sentença, não se limitando apenas a membros do Poder Executivo.

A alternativa B está incorreta. Os membros do Poder Judiciário não são excluídos da incidência das sanções penais da Lei de Abuso de Autoridade; o art. 2º inclui expressamente “membros do Poder Judiciário” entre os possíveis sujeitos ativos.

A alternativa C está incorreta. A lei se aplica a membros de todos os Poderes, abrangendo também aqueles do Poder Legislativo, sendo o rol de sujeitos ativos **não taxativo**.

A alternativa D está correta. Os dispositivos da Lei de Abuso de Autoridade aplicam-se a qualquer agente público, incluindo membros do Poder Judiciário, e a perda do cargo depende de reincidência em crime de abuso de autoridade, devendo ser declarada motivadamente na sentença, não sendo automática.

A alternativa E está incorreta. A lei não se aplica apenas a agentes políticos, mas a todo e qualquer agente público (servidor ou não), e a restrição temporária de direitos políticos não é tratada como sanção específica dessa lei.

Gabarito: D

16. FCC - 2022 - TRT - 22ª Região (PI). De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

A) **admite**-se a modalidade culposa do delito, no caso de demora demasiada no exame de processo, em prejuízo de réu preso.

B) agentes honoríficos não podem ser sujeitos ativos dos crimes previstos na lei.

C) a pena de perda do cargo, do mandato ou da função pública somente é aplicável em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.

D) caso haja aplicação concomitante de pena de suspensão do exercício do cargo público na esfera penal e na esfera administrativa, prevalecerá a pena de maior extensão.

E) as únicas situações de influência da decisão criminal na esfera civil e administrativa dizem respeito às questões relativas à existência ou à autoria do fato delituoso, quando decididas no juízo criminal.

Comentários:



A alternativa A está incorreta. A lei de abuso de autoridade **não prevê** a modalidade culposa, pois o art. 1º, §1º, exige finalidade específica de prejudicar, de beneficiar ou por mero capricho ou satisfação pessoal.

A alternativa B está incorreta. O art. 2º, parágrafo único, inclui qualquer pessoa que exerça mandato, cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, o que abrange agentes honoríficos.

A alternativa C está correta. Pelo art. 4º, parágrafo único, a perda do cargo, mandato ou função pública somente ocorre em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade, além de ser declarada de modo motivado na sentença.

A alternativa D está incorreta. A lei não traz essa regulamentação sobre prevalência de penas de suspensão no âmbito penal e administrativo, apenas prevê que as sanções penais independem das administrativas ou civis (art. 6º e seguintes).

A alternativa E está incorreta. O art. 8º estabelece que a sentença penal que reconhecer estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito faz coisa julgada em âmbito cível e administrativo, além de as questões relativas à existência ou autoria do fato também se projetarem nas demais esferas.

Gabarito: C

17. FCC - 2022 - DPE-PB. A Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, prevê

A) que os efeitos da condenação previstos na lei especial se aplicam automaticamente em caso de reincidência por crime análogo.

B) a imposição de pena restritiva de direitos consistente na suspensão do exercício do cargo, função ou mandato pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

C) rol taxativo indicando os agentes públicos que podem ser sujeitos ativos dos delitos previstos na legislação especial.

D) que a perda do cargo, do mandato ou da função pública, no caso de reincidência, configura efeito automático da condenação.

E) a exigência em todas as condutas de dolo específico de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

Comentários:

A alternativa A está incorreta. O art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.869/2019 exige a declaração motivada na sentença e a reincidência em crime de abuso de autoridade para que haja inabilitação e perda do cargo, do mandato ou da função pública, não sendo efeitos automáticos.

A alternativa B está incorreta. O art. 5º, II, da lei prevê a suspensão do exercício do cargo, função ou mandato pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, **e não o prazo máximo de 1 (um) ano.**



A alternativa C está incorreta. O art. 2º, caput, traz um rol exemplificativo (**não taxativo**) de agentes públicos que podem ser sujeitos ativos do delito, deixando claro que qualquer agente público, servidor ou não, pode incorrer em abuso de autoridade.

A alternativa D está incorreta. A perda do cargo, do mandato ou da função pública, em caso de reincidência, **não é efeito automático**; depende de declaração motivada na sentença (art. 4º, parágrafo único).

A alternativa E está correta. O art. 1º, §1º, da Lei de Abuso de Autoridade exige, para a configuração do crime, a finalidade específica de prejudicar alguém, beneficiar-se ou beneficiar terceiro, ou agir por mero capricho ou satisfação pessoal.

Gabarito: E

18. FCC - 2021 - DPE-SC. De acordo com a Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019), é crime deixar de

A) comunicar, no prazo de 24 horas, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou.

B) substituir, em prazo razoável, a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou de conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível.

C) comunicar, em prazo razoável, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada.

D) identificar-se ou identificar-se falsamente ao investigado ou acusado em qualquer fase do inquérito policial ou da ação penal.

E) comunicar a prisão em flagrante à autoridade policial no prazo legal em qualquer hipótese.

Comentários:

A alternativa A está incorreta. O art. 12, parágrafo único, I, da Lei nº 13.869/2019 determina que a comunicação da execução da prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou seja feita imediatamente, e não em 24 horas.

B alternativa correta. O art. 9º, parágrafo único, II, da Lei nº 13.869/2019 pune a autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou de conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível.

C alternativa incorreta. O art. 12, parágrafo único, II, exige que a comunicação ao familiar ou à pessoa indicada seja “imediata”, **não havendo previsão de “prazo razoável”**.

D alternativa incorreta. O crime de “deixar de identificar-se ao preso ou atribuir a si mesmo falsa identidade” está previsto no art. 16 da Lei nº 13.869/2019, que trata do momento da captura ou detenção, **não se referindo genericamente a qualquer fase do inquérito ou da ação penal**.

E alternativa incorreta. A comunicação de prisão em flagrante deve ser feita à autoridade **judiciária**, no prazo legal (art. 12, caput, da Lei nº 13.869/2019), **e não apenas à autoridade policial**.

Gabarito: B



19. FCC - 2016 TRT - 24ª REGIÃO (MS). Carlos exerce cargo público de natureza civil, de forma transitória e sem remuneração. No exercício do seu trabalho, cometeu atentado ao livre exercício do culto religioso. Por isso, Carlos recebeu sanção administrativa legalmente determinada em função da gravidade do abuso cometido, que consistiu em advertência. Considerando as disposições da Lei no 4.898/65, Carlos

A) não é considerado autoridade, pois exerce seu cargo de forma transitória.

B) sofreu advertência por abuso de autoridade.

C) não é considerado autoridade, pois exerce seu cargo sem remuneração.

D) cometeu abuso de autoridade, mas a advertência não é sanção administrativa prevista para o atentado cometido.

E) cometeu atentado que não caracteriza abuso de autoridade.

Comentários:

A questão faz menção à antiga Lei de Abuso de Autoridade, então vou comentar usando o entendimento antigo da lei se ele se encaixar na lei atual, combinado? Vai dar para aprender do mesmo jeito. Vamos lá!

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 4.898/1965 (vigente à época) conceituava autoridade de modo a abranger inclusive os que exercem cargo público de forma transitória, não remunerada, ou honorífica. Aplica-se o mesmo entendimento legal na Lei nº 13.869/2019.

B alternativa correta. Carlos, mesmo exercendo cargo público de forma transitória e sem remuneração, é considerado autoridade para os fins da Lei nº 13.869/2019. Ele cometeu abuso de autoridade, podendo sofrer sanções administrativas, civis e penais. Na época da lei antiga, como a advertência era uma possibilidade, foi o caso. Atualmente, não há essa sanção na Lei nº 13.869/2019.

C alternativa incorreta. A ausência de remuneração **não afasta** sua condição de autoridade para fins de abuso de autoridade.

D alternativa incorreta. A advertência era, sim, uma das sanções administrativas cabíveis, e o atentado contra a liberdade de consciência e de crença caracterizava abuso de autoridade nos termos da lei anterior. Não existe mais esse crime tipificado na Lei nº 13.869/2019, que focou mais em atuações policiais ligadas à própria profissão, tendo como centro o sistema de justiça criminal como um todo, desde a captura até o processo judicial.

E alternativa incorreta. O atentado ao livre exercício do culto religioso, quando praticado por autoridade no exercício de suas funções, configurava abuso de autoridade nos termos da antiga Lei nº 4.898/1965.

Gabarito: B

20. FCC - 2021 - TRT - 4ª REGIÃO (RS). Para efeito de tipificação dos crimes de abuso de autoridade, considera-se autoridade

A) somente quem exerce cargo de natureza militar não transitório.



- B) quem exerce cargo de natureza civil, desde que remunerado.
- C) apenas quem exerce cargo de natureza militar remunerado.
- D) quem exerce emprego público de natureza civil, desde que não transitório.
- E) quem exerce função pública de natureza civil, ainda que não remunerada.

Comentários:

A alternativa A está incorreta. A lei alcança tanto cargos militares quanto civis, remunerados ou não, não se limitando a militares não transitórios.

B alternativa incorreta. A existência de remuneração não é requisito para que alguém seja considerado autoridade; o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 13.869/2019 menciona expressamente a possibilidade de exercício sem remuneração.

C alternativa incorreta. A lei não se restringe a cargos militares remunerados, abrangendo diversos agentes públicos.

D alternativa incorreta. A tipificação de abuso de autoridade não se vincula à natureza definitivamente não transitória do emprego público; ela inclui mesmo vínculos transitórios.

E alternativa correta. Para fins de tipificação dos crimes de abuso de autoridade, considera-se agente público quem exerce função pública, ainda que de natureza civil e não remunerada, conforme o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 13.869/2019.

Gabarito: E



QUESTÕES COMENTADAS



1. (FGV - CGU - Auditor Federal de Finanças e Controle - 2022) Antônio, servidor público federal, no exercício da função e de forma livre e consciente, constrangeu a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de profissão, devia guardar segredo e resguardar sigilo. Com base na Lei de Abuso de Autoridade, Antônio respondeu à ação penal na qualidade de réu primário e foi condenado à pena privativa de liberdade e multa.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 13.869/2019, é efeito da condenação:

- a) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de oito anos;
- b) a suspensão dos direitos políticos, pelo período de oito anos;
- c) a perda do cargo público e a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, de forma perpétua;
- d) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;
- e) reparar os danos materiais e morais eventualmente sofridos pela vítima, que terá legitimidade concorrente com o Ministério Público para promover a ação penal e a correlata ação civil indenizatória.

Comentários

O art. 4º, da Lei nº 13.869/19 traz os efeitos da condenação:

Art. 4º São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;



II - a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

III - a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.

Alternativa A: Incorreta. A inabilitação é pelo prazo de 1 a 5 anos, conforme o inciso II, do art. 4º.

Alternativa B: Incorreta. Não há essa previsão na lei.

Alternativa C: Incorreta. A inabilitação é pelo prazo de 1 a 5 anos, conforme o inciso II, do art. 4º, sendo temporária, e não perpétua.

Alternativa D: Correta. É o que dispõe o art. 4º, I, da Lei de Abuso de Autoridade. Alternativa E: Incorreta. Não há essa previsão na lei.

Gabarito: D

2. (FGV - PM AM - Aluno Oficial - 2022) Assinale a afirmativa verdadeira, no tocante ao tipo penal de abuso de autoridade previsto na Lei nº 13.869/2019.

a) Trata-se de crime de ação penal pública condicionada.

b) Agentes públicos da administração pública indireta não podem figurar como sujeito ativo do delito.

c) A Lei nº 13.869/2019 não admite a aplicação de penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade.

d) Dentre os possíveis sujeitos ativos encontram-se membros das Forças Armadas, do Poder Legislativo, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, bem como dos tribunais de contas.

e) O ato de identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura não constitui hipótese de abuso de autoridade nos moldes da Lei nº 13.869/2019.

Comentários

Alternativa A: Incorreta. Conforme o art. 3º, da lei, os crimes são de ação penal pública incondicionada:



Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

Alternativa B: Incorreta. Nos termos do caput do art. 2º, os agentes públicos da administração indireta também podem figurar como sujeitos ativos:

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

Alternativa C: Incorreta. Admite-se a aplicação das penas restritivas de direitos, conforme art. 5º, da lei:

Art. 5º As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nesta Lei são:

- prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;

- suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens;

III - (VETADO).

Parágrafo único. As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

Alternativa D: Correta. É o que se extrai do art. 2º, da Lei nº 13.869/19:

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II - membros do Poder Legislativo;

III - membros do Poder Executivo;

IV - membros do Poder Judiciário;

V - membros do Ministério Público;



VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo.

Alternativa E: Incorreta.

Gabarito: D

3. (FGV - Sefaz-AM - Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual - 2022 Consoante dispõe a Lei nº 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, é efeito não automático da condenação em relação aos crimes previstos na citada lei, condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, devendo ser declarada, motivadamente na sentença,

- a) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- b) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo período de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses.
- c) a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 4 (quatro) anos, com a perda dos vencimento e das vantagens.
- d) a perda do cargo, do mandato ou da função pública, desde que precedido de processo administrativo disciplinar conduzido pela controladoria-geral do ente público a que pertencer o agente público.
- e) a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar na sentença o valor mínimo de vinte salários mínimos para reparação dos danos causados pela infração, independentemente dos prejuízos sofridos pelo ofendido.

Comentários

De acordo com o art. 4º, da Lei de Abuso de Autoridade, são efeitos da condenação:

Art. 4º São efeitos da condenação:



- tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;

- a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

- a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.

Alternativa A: Correta. É o que prevê o inciso I, do art. 4º.

Alternativa B: Incorreta. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é uma pena restritiva de direitos, prevista no art. 5º, I.

Alternativa C: Incorreta. A suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens é uma pena restritiva de direitos, prevista no art. 5º, II.

Alternativa D: Incorreta. A perda de função pública é declarada pelo juiz, em sentença. Alternativa E: Incorreta. Não há valor mínimo expresso em lei.

Gabarito: A

4. (FGV - TJDF - Técnico Judiciário - Área Administrativa - 2022) Configura hipótese de delito de abuso de autoridade:

- a) a busca domiciliar iniciada durante o dia que se estenda para depois das 21h;
- b) proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação, apenas aparentemente lícita;
- c) proceder à obtenção de prova, em procedimento de fiscalização, apenas aparentemente lícita;
- d) a investigação preliminar de fato ou o recebimento de notícia de fato de natureza criminal;
- e) estender injustificadamente a investigação, procrastinando-a em prejuízo do investigado.

Comentários



Alternativa A: Incorreta. De acordo com o art. 22, § 1º, III, só há crime se a busca for iniciada após as 21h ou antes das 5h

Art. 22. Invadir ou adentrar, clandestina ou astuciosamente, ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio ou suas dependências, ou nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena, na forma prevista no caput deste artigo, quem:

I - coage alguém, mediante violência ou grave ameaça, a franquear-lhe o acesso a imóvel ou suas dependências;

III - cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas).

Alternativas B e C: Incorretas. O meio deve ser manifestamente ilícito e não aparentemente ilícito.

Art. 25. Proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação ou fiscalização, por meio manifestamente ilícito:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Alternativa D: Incorreta. O parágrafo único do art. 27 dispõe que não há crime em caso de investigação preliminar, devidamente justificada.

Art. 27. Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Não há crime quando se tratar de sindicância ou investigação preliminar sumária, devidamente justificada.

Alternativa E: Correta.

Art. 31. Estender injustificadamente a investigação, procrastinando-a em prejuízo do investigado ou fiscalizado:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.



Gabarito: E

5. (FGV - XXXIII EOAB - 2021) Flávio, oficial de justiça de determinado Tribunal Regional Federal, no exercício de suas atribuições, ao se dirigir para uma diligência, foi surpreendido por intenso tiroteio. Em razão disso, Flávio adentrou clandestinamente o imóvel de Júlia, sendo que permaneceu no local sem determinação judicial, por longo período e contra a vontade da proprietária.

Diante da configuração de crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, Flávio foi denunciado no âmbito criminal, sendo certo que, após o devido processo legal, ele foi absolvido, em decorrência da caracterização de estado de necessidade, operando-se o trânsito em julgado da sentença. Paralelamente, foi instaurado processo administrativo disciplinar, para fins de obter a responsabilização de Flávio pela respectiva falta funcional.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) O reconhecimento de que Flávio praticou o ato de abuso de autoridade em estado de necessidade na decisão prolatada na esfera penal faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar.
- b) A existência de ação penal por abuso de autoridade em face de Flávio deveria ter impedido a instauração do processo administrativo disciplinar, pois não é admitida duplicidade de responsabilização.
- c) A sentença penal que absolveu Flávio não pode repercutir na esfera administrativa-disciplinar, uma vez que a sentença absolutória criminal somente pode refletir em outras esferas nas hipóteses de negativa de autoria.
- d) Não é possível aplicar penalidade administrativa-disciplinar a Flávio, na medida em que toda sentença absolutória penal vincula o controle pela Administração Pública, ainda que o fundamento criminal seja a ausência de prova.

Comentários

Vejamos o art. 8º:

Art. 8º Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.



Tendo em vista que Flávio foi absolvido, sendo reconhecido o estado de necessidade, não poderá ser responsabilizado em âmbito cível ou administrativo-disciplinar.

Gabarito: A

6. (FGV - TJRO - Técnico Judiciário - 2021) Constitui delito de abuso de autoridade cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar:

- a) fora do período de luminosidade solar;
- b) após as 18h ou antes das 6h;
- c) após as 20h ou antes das 8h;
- d) após as 21h ou antes das 5h;
- e) fora do horário de expediente forense.

Comentários

De acordo com o art. 22, § 1º, III, há crime quando for cumprido após as 21h e antes das 5h.

Art. 22. Invadir ou adentrar, clandestina ou astuciosamente, ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio ou suas dependências, ou nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena, na forma prevista no caput deste artigo, quem:

- coage alguém, mediante violência ou grave ameaça, a franquear-lhe o acesso a imóvel ou suas dependências;

- (VETADO);

- cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas).

Gabarito: D



7. (FGV - PM CE - Soldado - 2021) Jeferson foi preso por estar comercializando substâncias entorpecentes de uso proibido. Na ocasião, entendeu que um, entre os diversos policiais militares que participaram da prisão, tinha se excedido.

Por essa razão, solicitou que esse policial se identificasse, de modo que pudesse adotar as medidas legais que entendesse cabíveis na espécie. O policial, no entanto, negou a identificação solicitada.

Nesse caso, a negativa de identificação do policial foi

- a) incorreta, configurando a prática de crime.
- b) correta, considerando a necessidade de resguardar sua segurança.
- c) correta, se amparada em orientação formal do seu comandante.
- d) incorreta, podendo acarretar apenas a responsabilização administrativa do policial, não a criminal.
- e) correta, considerando que a prisão, por força do princípio da impessoalidade, é sempre atribuída à polícia militar.

Comentários

A conduta de deixar de se identificar ao preso constitui crime tipificado no art. 16, da Lei de Abuso de Autoridade:

Art. 16. Deixar de identificar-se ou identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão:

Pena - detenção, de 6 (seis

Gabarito: A

8. (FGV - PM CE - Soldado - 2021) João, policial militar, responde a Inquérito policial pela prática do crime de abuso de autoridade, por ter violado o domicílio de Mário, em 7 de junho de 2019, sem estar respaldado pelo respectivo Mandado de Busca e Apreensão.

A autoridade policial indiciou João pela prática do crime previsto no Art. 3º, alínea b, da Lei nº 4.898/65, que trata do atentado contra a inviolabilidade de domicílio, cuja pena é de detenção de 10 dias a 6 meses.



Uma vez relatado o Inquérito, este é remetido para o Ministério Público para o oferecimento da denúncia. Em virtude da entrada em vigor da Lei nº 13.869/19, o promotor com atribuição oferece denúncia contra João, imputando, a ele, a prática do crime previsto no Art. 22 da nova Lei, que trata da mesma figura criminal, qual seja, a conduta de violar o domicílio sem obedecer às formalidades legais, cuja pena é detenção de 1 a 4 anos.

Acerca da conduta do promotor, assinale a afirmativa correta.

- a) Está correta, uma vez que a irretroatividade da lei penal mais severa vale apenas para processos já em curso, não se aplicando para casos em que a ação não tenha sido proposta.
- b) Está correta, uma vez que a nova lei de abuso de autoridade retroage aos fatos anteriores, mesmo que a pena cominada seja maior do que a anterior.
- c) Está correta, uma vez que em relação à lei no tempo, o Direito Penal adota a teoria da ubiquidade, valendo a lei que estava em vigor na data da propositura da ação, pouco importando a lei em vigor na data do fato.
- d) Está incorreta, uma vez que a lei penal mais severa jamais retroage, mesmo em caso de crimes permanentes e crimes continuados.
- e) Está incorreta, em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais severa, sendo certo que esta regra apenas admite exceção em casos de crime permanente e crime continuado, o que não é o caso de João.

Comentários

A Lei nº 13.869/19 foi publicada em 05/09/2019, entrando em vigor 120 dias após sua publicação, conforme art. 45, da lei. Assim, somente aplica-se aos crimes cometidos após o início de sua vigência.

No caso em análise, o crime foi praticado em 07/06/2019, data em que vigorava a Lei nº 4.898/65, cujas disposições eram mais benéficas.

Diante disso, João responderá pelo crime praticado nos termos da legislação vigente à época do crime, cujas disposições são mais benéficas.

Gabarito: E

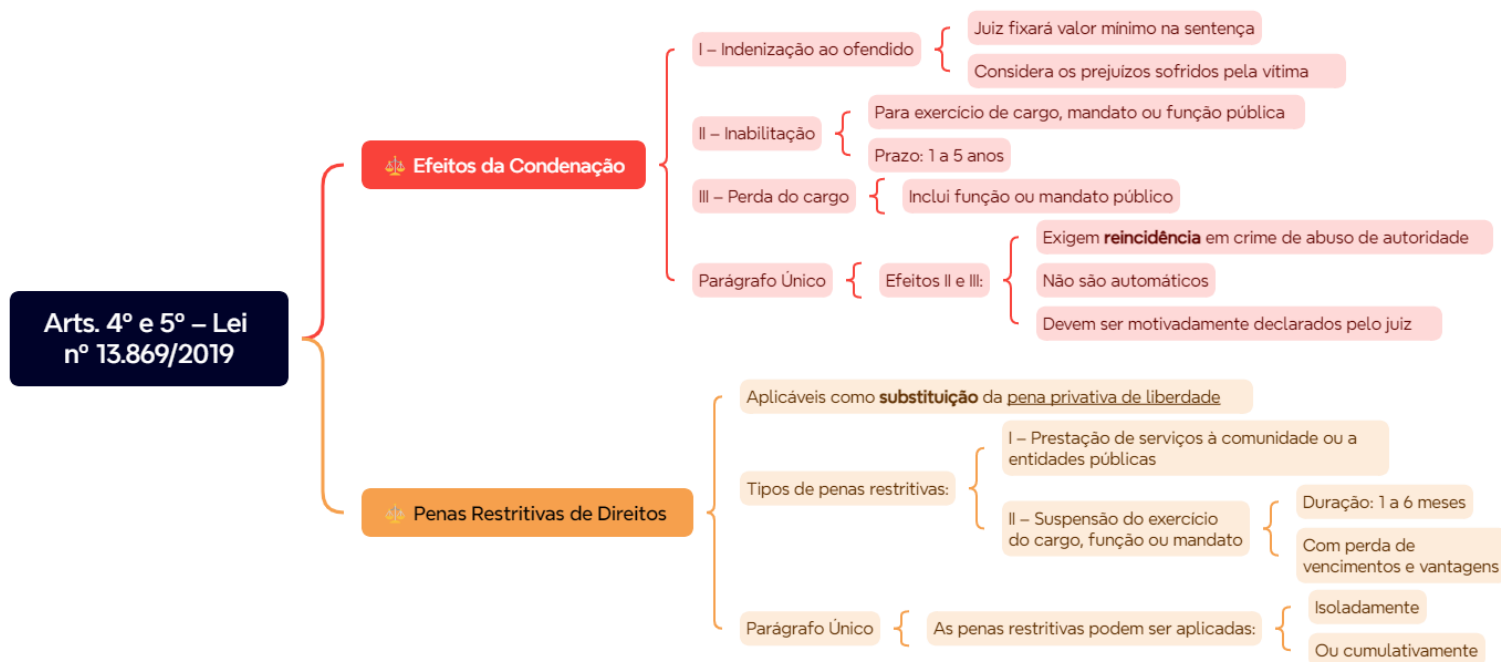


APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



A nossa Aposta Estratégica para a aula de hoje sobre Abuso de Autoridade recai nos **efeitos da condenação (art. 4º)** e nas **penas restritivas de direitos (art. 5º)**, pois há grande incidência em questões de provas. Desta forma, veja o seguinte mapa-mental:



¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



LISTA DE QUESTÕES - FCC

1. FCC - 2024 - TRT - 11ª Região (AM e RR). Pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

À Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) prevê expressamente um rol não taxativo de sujeitos ativos que são compreendidos nessa definição, podendo-se destacar

- A) a diretoria de agência reguladora federal.
- B) os membros da Defensoria Pública da União e dos Estados.
- C) os membros dos tribunais ou conselhos de contas.
- D) os dirigentes de autarquias profissionais.
- E) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

2. FCC - 2024 - MPE-AM. Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) são, em regra, de ação penal pública incondicionada. Caso o Ministério Público não a ajuíze no prazo legal, segundo expressa previsão da Lei, poderá ser intentada

- A) ação privada subsidiária da pública.
- B) reclamação judicial.
- C) ação popular.
- D) ação coletiva.
- E) notificação ao Ministério Público.

3. FCC - 2023 - TRT - 21ª Região (RN). De acordo com a Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade) considere:

I. tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos.

II. a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos.

III. a perda do cargo, do mandato e da função pública.

São efeitos da condenação o que consta em

- A) II, apenas.



- B) I e III, apenas.
- C) I, II, apenas.
- D) I, II e III.
- E) I, apenas.

4. FCC - 2023 - TRT - 12ª Região (SC). De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que versa sobre o abuso de autoridade, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito, em âmbito cível assim como no administrativo-disciplinar,

- A) não faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar, mas faz coisa Julgada no âmbito cível; assim, deve-se prosseguir com a instrução do processo administrativo-disciplinar.
- B) faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar, a sentença que reconhecer ter sido o ato praticado em legítima defesa, mas não em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito, mas não faz coisa julgada no âmbito cível.
- C) faz coisa julgada.
- D) não faz coisa julgada no âmbito cível e administrativo-disciplinar, pois são independentes; assim, deve-se prosseguir com a instrução de ambos os processos.
- E) não faz coisa julgada no âmbito cível, mas faz coisa Julgada no âmbito administrativo-disciplinar; assim, deve-se prosseguir com a instrução do processo cível.

5. FCC - 2023 - TRT - 12ª Região (SC). Sobre a Lei nº 13.8689/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

- A) a divergência na Interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas poderá configurar abuso de autoridade se a conduta do agente se amoldar a um dos tipos penais.
- B) perda do cargo, do mandato ou da função pública são efeitos automáticos da condenação por crime de abuso de autoridade, sendo desnecessária declarar motivadamente na sentença, não pressupondo reincidência específica do agente.
- C) a sentença penal que reconheceu ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo disciplinar.
- D) não poderá ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade o agente público que não seja servidor público, ainda que integre os quadros da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.
- E) as responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, e poderá ser questionada a existência do fato ou a autoria mesmo quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

6. FCC - 2023 - TRT - 12ª Região (SC). No que concerne aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), além da prestação de serviço à comunidade ou a entidades



públicas, outra pena restritiva de direitos substitutiva das privativas de liberdade prevista no referido Diploma Legal é a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de

- A) 1 a 6 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que poderá ser aplicada autônoma ou cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- B) 6 meses a 1 ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que poderá ser aplicada autônoma ou cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- C) 1 a 6 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que não poderá ser aplicada cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- D) 6 meses a 1 ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que não poderá ser aplicada cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- E) 6 meses a 1 ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que deverá ser aplicada de forma cumulativa à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

7. FCC - 2023 - DPE-ES. Configura crime de abuso de autoridade:

- A) constranger o preso, ainda que sem violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a submeter-se a situação vexatória.
- B) deixar de entregar ao preso, em prazo razoável, a nota de culpa, assinada pela autoridade competente.
- C) impedir o preso de sentar-se ao lado de seu defensor e com ele comunicar-se no curso do seu interrogatório.
- D) impedir, por qualquer motivo, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.
- E) manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.

8. FCC - 2023 - TRT - 12ª Região (SC). Nos termos da Lei nº 13.869/2019 {Lei de Abuso de Autoridade}, considere:

- I. A Lei de Abuso de Autoridade define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.
- II. As notícias de crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade que descreverem falta funcional prescindem de remessa a autoridade competente para eventual apuração, sob pena de bis in idem.
- III. Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade são de ação penal pública incondicionada. No entanto, admite-se ação penal privada subsidiária se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, devendo ser exercida no prazo de 6 meses, contado da data em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

Está correto o que se afirma APENAS em



- A) III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) I.
- E) II.

9. FCC - 2023 - TJ-BA. Um agente público que tenha sido condenado por conduta configurada como abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019, ficará

- A) inelegível, pelo dobro do prazo correspondente à pena fixada em condenação transitada em julgado, se prazo maior não estiver previsto na legislação própria.
- B) obrigado a participar de programa de reciclagem ou capacitação, adicionalmente ao pagamento de multa, não se sujeitando a pena restritiva de liberdade.
- C) automaticamente inabilitado para o exercício de função pública pelo prazo de 10 anos, admitida a reabilitação, mediante procedimento administrativo, após 5 anos.
- D) obrigado a reparar os danos causados pelo crime, em valores a serem liquidados em ação própria, vedado o estabelecimento de montante mínimo na sentença penal.
- E) sujeito à perda do cargo, na hipótese de ser reincidente em crime de abuso de autoridade e desde que tal efeito seja atribuído de forma motivada na sentença condenatória.

10. FCC - 2023 - DPE-SP. O crime de abuso de autoridade

- A) é praticado pelo agente que impede, sem justa causa, réu solto de entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu(sua) defensor(a) público(a), por prazo razoável, antes de audiência judicial.
- B) se configura quando o agente constrange alguém com emprego de grave ameaça, causando-lhe sofrimento mental, com o fim de obter confissão.
- C) possui um regime próprio de execução da pena, com prisão especial, lapso temporal de progressão de regime de um sexto e vedação de exame criminológico.
- D) é crime próprio, cujo sujeito ativo é agente público com atuação em condutas repressivas estatais, excluído(a) o(a) defensor(a) público(a) em razão do princípio da legalidade.
- E) constitui uma espécie de criminalização que excepciona a seletividade do sistema penal e atinge concretamente os mais altos escalões de poder entre os agentes públicos de repressão.

11. FCC - 2023 - TRT - 18ª Região (GO). Nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), a sentença penal faz coisa julgada em âmbito cível e no âmbito administrativo disciplinar, se reconhecer ter sido o ato praticado em:

- I. estado de necessidade.



II. legítima defesa.

III. estrito cumprimento de dever legal.

IV. exercício regular de direito.

Está correto o que se afirma em

A) II e III, apenas.

B) I, II, III e IV.

C) I e II, apenas.

D) I e IV, apenas.

E) III e IV, apenas.

12. FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC). José, servidor público federal, foi processado por crime de abuso de autoridade. Ao final do processo, foi proferida sentença absolutória reconhecendo que José agiu no estrito cumprimento de seu dever legal. Referida sentença transitou em julgado, tornando-se definitiva. Nos termos da Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019), a sentença penal proferida

A) não faz coisa julgada em nenhuma outra esfera jurídica, pois, conforme disposição legal expressa, apenas a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em legítima defesa faz coisa julgada em outras esferas.

B) faz coisa julgada apenas no âmbito cível, não repercutindo no âmbito administrativo-disciplinar.

C) faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar.

D) faz coisa julgada apenas no âmbito administrativo-disciplinar, não repercutindo, no entanto, na esfera cível.

E) não faz coisa julgada em nenhuma outra esfera jurídica, pois, conforme disposição legal expressa, apenas a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estado de necessidade ou em legítima defesa faz coisa julgada em outras esferas.

13. FCC - 2022 - TRT - 17ª Região (ES). De acordo com o que estabelece a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

A) dentre as penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nessa lei está a proibição de exercer funções de natureza policial ou militar no Município em que tiver sido praticado o crime e naquele em que residir ou trabalhar a vítima, pelo prazo de 1 a 3 anos.

B) para os efeitos dessa lei, não são considerados servidores públicos os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, por estarem sujeitos a regramento jurídico próprio.

C) as condutas descritas nessa lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou,



ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

D) não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

E) as responsabilidades civil e administrativa dependem da responsabilidade criminal; contudo, é possível o questionamento acerca da existência ou da autoria do fato, ainda que essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

14. FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC). Maria é policial federal e foi condenada por crime de abuso de autoridade, pois deixou injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal. Nos termos da Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019), a perda do cargo público

A) constitui um dos efeitos da condenação, sendo sua incidência imediata e automática, isto é, independe de reincidência e de declaração expressa ou motivada na sentença.

B) constitui um dos efeitos da condenação, condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.

C) não constitui efeito da condenação por crime de abuso de autoridade.

D) constitui um dos efeitos da condenação, condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, não sendo necessário que seja declarada motivadamente na sentença.

E) constitui um dos efeitos da condenação, sendo sua incidência imediata, isto é, independe de reincidência, no entanto, necessita estar expressa e motivada na sentença.

15. FCC - 2022 - TRT - 5ª Região (BA). As disposições introduzidas pela Lei nº 13.869, de 2019, relativas a sanções e penas pela prática de atos de abuso de autoridade

A) embora alcancem os membros de todos os Poderes, somente podem ensejar a perda de cargo ou função pública em relação a membros do Poder Executivo.

B) não alcançam membros do Poder Judiciário, em face das prerrogativas inerentes à função, incidindo tão somente sobre condutas de membros do Poder Executivo.

C) aplicam-se a membros do Poder Judiciário e do Poder Executivo, porém não alcançam os detentores de mandato eletivo do Poder Legislativo.

D) aplicam-se também a membros do Poder Judiciário, podendo inclusive ensejar, de forma não automática, no caso de reincidência, a perda do cargo.

E) aplicam-se apenas a agentes políticos, podendo ensejar perda do mandato ou função pública e restrição temporária dos direitos políticos.

16. FCC - 2022 - TRT - 22ª Região (PI). De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre



os crimes de abuso de autoridade,

- A) **admite**-se a modalidade culposa do delito, no caso de demora demasiada no exame de processo, em prejuízo de réu preso.
- B) agentes honoríficos não podem ser sujeitos ativos dos crimes previstos na lei.
- C) a pena de perda do cargo, do mandato ou da função pública somente é aplicável em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.
- D) caso haja aplicação concomitante de pena de suspensão do exercício do cargo público na esfera penal e na esfera administrativa, prevalecerá a pena de maior extensão.
- E) as únicas situações de influência da decisão criminal na esfera civil e administrativa dizem respeito às questões relativas à existência ou à autoria do fato delituoso, quando decididas no juízo criminal.

17. FCC - 2022 - DPE-PB. A Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, prevê

- A) que os efeitos da condenação previstos na lei especial se aplicam automaticamente em caso de reincidência por crime análogo.
- B) a imposição de pena restritiva de direitos consistente na suspensão do exercício do cargo, função ou mandato pelo prazo máximo de 1 (um) ano.
- C) rol taxativo indicando os agentes públicos que podem ser sujeitos ativos dos delitos previstos na legislação especial.
- D) que a perda do cargo, do mandato ou da função pública, no caso de reincidência, configura efeito automático da condenação.
- E) a exigência em todas as condutas de dolo específico de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

18. FCC - 2021 - DPE-SC. De acordo com a Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019), é crime deixar de

- A) comunicar, no prazo de 24 horas, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou.
- B) substituir, em prazo razoável, a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou de conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível.
- C) comunicar, em prazo razoável, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada.
- D) identificar-se ou identificar-se falsamente ao investigado ou acusado em qualquer fase do inquérito policial ou da ação penal.
- E) comunicar a prisão em flagrante à autoridade policial no prazo legal em qualquer hipótese.



19. FCC - 2016 TRT - 24ª REGIÃO (MS). Carlos exerce cargo público de natureza civil, de forma transitória e sem remuneração. No exercício do seu trabalho, cometeu atentado ao livre exercício do culto religioso. Por isso, Carlos recebeu sanção administrativa legalmente determinada em função da gravidade do abuso cometido, que consistiu em advertência. Considerando as disposições da Lei no 4.898/65, Carlos

- A) não é considerado autoridade, pois exerce seu cargo de forma transitória.
- B) sofreu advertência por abuso de autoridade.
- C) não é considerado autoridade, pois exerce seu cargo sem remuneração.
- D) cometeu abuso de autoridade, mas a advertência não é sanção administrativa prevista para o atentado cometido.
- E) cometeu atentado que não caracteriza abuso de autoridade.

20. FCC - 2021 - TRT - 4ª REGIÃO (RS). Para efeito de tipificação dos crimes de abuso de autoridade, considera-se autoridade

- A) somente quem exerce cargo de natureza militar não transitório.
- B) quem exerce cargo de natureza civil, desde que remunerado.
- C) apenas quem exerce cargo de natureza militar remunerado.
- D) quem exerce emprego público de natureza civil, desde que não transitório.
- E) quem exerce função pública de natureza civil, ainda que não remunerada.



GABARITO

1. C	8. C	15. D
2. A	9. E	16. C
3. D	10. A	17. E
4. C	11. B	18. B
5. C	12. C	19. B
6. A	13. C	20. E
7. E	14. B	



LISTA DE QUESTÕES

1. (FGV - CGU - Auditor Federal de Finanças e Controle - 2022) Antônio, servidor público federal, no exercício da função e de forma livre e consciente, constrangeu a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de profissão, devia guardar segredo e resguardar sigilo. Com base na Lei de Abuso de Autoridade, Antônio respondeu à ação penal na qualidade de réu primário e foi condenado à pena privativa de liberdade e multa.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 13.869/2019, é efeito da condenação:

- a) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de oito anos;
- b) a suspensão dos direitos políticos, pelo período de oito anos;
- c) a perda do cargo público e a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, de forma perpétua;
- d) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;
- e) reparar os danos materiais e morais eventualmente sofridos pela vítima, que terá legitimidade concorrente com o Ministério Público para promover a ação penal e a correlata ação civil indenizatória.

2. (FGV - PM AM - Aluno Oficial - 2022) Assinale a afirmativa verdadeira, no tocante ao tipo penal de abuso de autoridade previsto na Lei nº 13.869/2019.

- a) Trata-se de crime de ação penal pública condicionada.
- b) Agentes públicos da administração pública indireta não podem figurar como sujeito ativo do delito.
- c) A Lei nº 13.869/2019 não admite a aplicação de penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade.
- d) Dentre os possíveis sujeitos ativos encontram-se membros das Forças Armadas, do Poder Legislativo, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, bem como dos tribunais de contas.



e) O ato de identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura não constitui hipótese de abuso de autoridade nos moldes da Lei nº 13.869/2019.

3. (FGV - Sefaz-AM - Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Estadual - 2022 Consoante dispõe a Lei nº 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, é efeito não automático da condenação em relação aos crimes previstos na citada lei, condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, devendo ser declarada, motivadamente na sentença,

a) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

b) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo período de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses.

c) a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 4 (quatro) anos, com a perda dos vencimento e das vantagens.

d) a perda do cargo, do mandato ou da função pública, desde que precedido de processo administrativo disciplinar conduzido pela controladoria-geral do ente público a que pertencer o agente público.

e) a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar na sentença o valor mínimo de vinte salários mínimos para reparação dos danos causados pela infração, independentemente dos prejuízos sofridos pelo ofendido.

4. (FGV - TJDF - Técnico Judiciário - Área Administrativa - 2022) Configura hipótese de delito de abuso de autoridade:

a) a busca domiciliar iniciada durante o dia que se estenda para depois das 21h;

b) proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação, apenas aparentemente lícita;

c) proceder à obtenção de prova, em procedimento de fiscalização, apenas aparentemente lícita;

d) a investigação preliminar de fato ou o recebimento de notícia de fato de natureza criminal;

e) estender injustificadamente a investigação, procrastinando-a em prejuízo do investigado.



5. (FGV - XXXIII EOAB - 2021) Flávio, oficial de justiça de determinado Tribunal Regional Federal, no exercício de suas atribuições, ao se dirigir para uma diligência, foi surpreendido por intenso tiroteio. Em razão disso, Flávio adentrou clandestinamente o imóvel de Júlia, sendo que permaneceu no local sem determinação judicial, por longo período e contra a vontade da proprietária.

Diante da configuração de crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, Flávio foi denunciado no âmbito criminal, sendo certo que, após o devido processo legal, ele foi absolvido, em decorrência da caracterização de estado de necessidade, operando-se o trânsito em julgado da sentença. Paralelamente, foi instaurado processo administrativo disciplinar, para fins de obter a responsabilização de Flávio pela respectiva falta funcional.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) O reconhecimento de que Flávio praticou o ato de abuso de autoridade em estado de necessidade na decisão prolatada na esfera penal faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar.
- b) A existência de ação penal por abuso de autoridade em face de Flávio deveria ter impedido a instauração do processo administrativo disciplinar, pois não é admitida duplicidade de responsabilização.
- c) A sentença penal que absolveu Flávio não pode repercutir na esfera administrativa-disciplinar, uma vez que a sentença absolutória criminal somente pode refletir em outras esferas nas hipóteses de negativa de autoria.
- d) Não é possível aplicar penalidade administrativa-disciplinar a Flávio, na medida em que toda sentença absolutória penal vincula o controle pela Administração Pública, ainda que o fundamento criminal seja a ausência de prova.

6. (FGV - TJRO - Técnico Judiciário - 2021) Constitui delito de abuso de autoridade cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar:

- a) fora do período de luminosidade solar;
- b) após as 18h ou antes das 6h;
- c) após as 20h ou antes das 8h;
- d) após as 21h ou antes das 5h;



e) fora do horário de expediente forense.

7. (FGV - PM CE - Soldado - 2021) Jeferson foi preso por estar comercializando substâncias entorpecentes de uso proibido. Na ocasião, entendeu que um, entre os diversos policiais militares que participaram da prisão, tinha se excedido.

Por essa razão, solicitou que esse policial se identificasse, de modo que pudesse adotar as medidas legais que entendesse cabíveis na espécie. O policial, no entanto, negou a identificação solicitada.

Nesse caso, a negativa de identificação do policial foi

- a) incorreta, configurando a prática de crime.
- b) correta, considerando a necessidade de resguardar sua segurança.
- c) correta, se amparada em orientação formal do seu comandante.
- d) incorreta, podendo acarretar apenas a responsabilização administrativa do policial, não a criminal.
- e) correta, considerando que a prisão, por força do princípio da impessoalidade, é sempre atribuída à polícia militar.

8. (FGV - PM CE - Soldado - 2021) João, policial militar, responde a Inquérito policial pela prática do crime de abuso de autoridade, por ter violado o domicílio de Mário, em 7 de junho de 2019, sem estar respaldado pelo respectivo Mandado de Busca e Apreensão.

A autoridade policial indiciou João pela prática do crime previsto no Art. 3º, alínea b, da Lei nº 4.898/65, que trata do atentado contra a inviolabilidade de domicílio, cuja pena é de detenção de 10 dias a 6 meses.

Uma vez relatado o Inquérito, este é remetido para o Ministério Público para o oferecimento da denúncia. Em virtude da entrada em vigor da Lei nº 13.869/19, o promotor com atribuição oferece denúncia contra João, imputando, a ele, a prática do crime previsto no Art. 22 da nova Lei, que trata da mesma figura criminal, qual seja, a conduta de violar o domicílio sem obedecer às formalidades legais, cuja pena é detenção de 1 a 4 anos.

Acerca da conduta do promotor, assinale a afirmativa correta.



- a) Está correta, uma vez que a irretroatividade da lei penal mais severa vale apenas para processos já em curso, não se aplicando para casos em que a ação não tenha sido proposta.
- b) Está correta, uma vez que a nova lei de abuso de autoridade retroage aos fatos anteriores, mesmo que a pena cominada seja maior do que a anterior.
- c) Está correta, uma vez que em relação à lei no tempo, o Direito Penal adota a teoria da ubiquidade, valendo a lei que estava em vigor na data da propositura da ação, pouco importando a lei em vigor na data do fato.
- d) Está incorreta, uma vez que a lei penal mais severa jamais retroage, mesmo em caso de crimes permanentes e crimes continuados.
- e) Está incorreta, em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais severa, sendo certo que esta regra apenas admite exceção em casos de crime permanente e crime continuado, o que não é o caso de João.

GABARITO



1. D	2. D	3. A	4. E	5. A
6. D	7. A	8. E		



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.